

ESTADO-MERCADO: O PROJETO NEOLIBERAL TOTALITÁRIO**STATE-MARKET: THE TOTALITARIAN NEOLIBERAL PROJECT****ESTADO-MERCADO: EL PROYECTO NEOLIBERAL TOTALITARIO**Joelson Pereira de Sousa¹**RESUMO**

Resultado de uma breve revisão bibliográfica, o presente artigo tem como objetivo avançar no debate em torno da noção de projeto neoliberal totalitário, considerando como texto base o livro *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, dos autores Pierre Dardot e Christian Laval – publicado no Brasil em 2016 – que apresentam uma leitura crítica sobre o surgimento do neoliberalismo, destacando os elementos de ruptura com o liberalismo clássico, sobretudo, a partir da reformulação da ideia de intervencionismo. Para os autores, em vez da simples defesa do estado mínimo, como na matriz liberal, o neoliberalismo configura-se justamente como uma racionalidade normativa e governamental que objetiva intervir no estado afim de promover, exclusivamente, as melhores condições para o funcionamento do mercado. Assim, o neoliberalismo visa a captura do estado pelos interesses privados, a ponto de constituir uma espécie de Estado-mercado ou Estado empresarial. Desse modo, para pensarmos a existência e a atuação de um projeto neoliberal totalitário, faz-se necessário uma primeira aproximação entre as categorias de neoliberalismo, dispositivo e subjetivação em paralelo com as novas faces do poder totalitário no mundo contemporâneo, pelo menos, é o que procuramos apresentar nas páginas a seguir com o aporte de autores como: Agamben (2009), Brown (2019) e Foucault (2008).

Palavras-chave: neoliberalismo; dispositivo; subjetivação; totalitarismo; estado-mercado.

ABSTRACT

Based on a brief literature review, this article aims to advance the debate surrounding the notion of a totalitarian neoliberal project. It uses as its foundational text the book *The New Reason of the World: An Essay on Neoliberal Society*, by Pierre Dardot and Christian Laval – published in Brazil in 2016 – which presents a critical reading of the emergence of neoliberalism, highlighting the elements of rupture with classical liberalism, especially from the reformulation of the idea of interventionism. For the authors, instead of simply advocating for a minimal state, as in the liberal model, neoliberalism is configured precisely as a normative and governmental rationality that aims to intervene in the state in order to exclusively promote the best conditions for the functioning of the market. Thus, neoliberalism aims at the capture of the state by private interests, to the point of constituting a kind of market-state or corporate state. Thus, in order to consider the existence and operation of a totalitarian neoliberal project, it is necessary to first approach the categories of neoliberalism, dispositif and subjectivation in parallel with the new faces of totalitarian power in the contemporary world, at least, this is what we seek to present in the following pages with the contribution of authors such as: Agamben (2009), Brown (2019) and Foucault (2008).

¹ Doutor em Educação e Contemporaneidade na Universidade do Estado da Bahia (PPGEDUC-UNEB), professor adjunto do Departamento de Educação da UNEB/Campus X. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5632-3349> / LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8876944614722594> / E-mail: jpsousa@uneb.br

Keywords: neoliberalism; dispositif; subjectivation; totalitarianism; market-state.

RESUMEN

A partir de una breve revisión bibliográfica, este artículo busca avanzar en el debate en torno a la noción de un proyecto neoliberal totalitario. Utiliza como texto fundacional el libro **La Nueva Razón del Mundo: Un Ensayo sobre la Sociedad Neoliberal**, de Pierre Dardot y Christian Laval, publicado en Brasil en 2016, que presenta una lectura crítica del surgimiento del neoliberalismo, destacando los elementos de ruptura con el liberalismo clásico, especialmente a partir de la reformulación de la idea del intervencionismo. Para los autores, en lugar de simplemente abogar por un Estado mínimo, como en el modelo liberal, el neoliberalismo se configura precisamente como una racionalidad normativa y gubernamental que busca intervenir en el Estado para promover exclusivamente las mejores condiciones para el funcionamiento del mercado. Así, el neoliberalismo busca la captura del Estado por intereses privados, hasta el punto de constituir una especie de Estado de mercado o Estado corporativo. Así, para poder considerar la existencia y funcionamiento de un proyecto neoliberal totalitario, es necesario primero aproximarse a las categorías de neoliberalismo, dispositivo y subjetivación en paralelo a las nuevas caras del poder totalitario en el mundo contemporáneo, al menos, esto es lo que buscamos presentar en las siguientes páginas con el aporte de autores como: Agamben (2009), Brown (2019) y Foucault (2008).

Palabras clave: neoliberalismo; dispositivo; subjetivación; totalitarismo; Estado de mercado.

INTRODUÇÃO

A conhecida análise arendtiana dos regimes de terror perpetrados no século XX, além de revelar as estruturas essenciais do poder total, também nos alerta para a ameaça de continuidade do totalitarismo, mesmo em um mundo não totalitário. Na leitura que apresento a seguir, o avanço global do neoliberalismo demanda o desenvolvimento de um projeto totalitário, representativo de forças antidemocráticas alinhadas aos interesses econômicos dominantes. Neste sentido, a tese de injunção contemporânea entre totalitarismo e neoliberalismo permite problematizar a presença de dispositivos totalitários nas formações sociais do nosso tempo. Para tanto, faz-se necessário compreender, conforme sugerem Dardot e Laval (2016) na obra *A nova razão do mundo: um ensaio sobre a sociedade neoliberal*, a natureza totalitária do projeto social e político que o neoliberalismo representa e promove na atualidade.

Mas afinal, o que é mesmo o neoliberalismo? Uma vez que parece insuficiente considerá-lo uma mera evolução do pensamento liberal, sobretudo na medida em que extrapola a tradição baseada na defesa da autorregulação, do livre mercado, do direito privado e do Estado mínimo. Para além dessa constatação inicial, Dardot e Laval (2016) propõem uma interpretação do neoliberalismo como uma racionalidade administrativa

operadora de um poder governamental totalizante. Desse modo, o neoliberalismo já não pode mais ser confundido com uma ideologia ou um tipo de política econômica trivial, mas, sim, “um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida (Dardot; Laval, 2016, p. 07).

Ou ainda, de forma complementar, o neoliberalismo pode ser definido como um “conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (Dardot; Laval, 2016, p. 15). No entanto, mesmo diante dessas formulações iniciais, o que me parece mais decisivo nesta abordagem é que o neoliberalismo, antes de qualquer coisa, consiste em uma racionalidade econômica capaz de impor sua lógica de funcionamento, não apenas na estrutura formal dos governos, mas também na conduta imediata dos governantes e na ação unificada dos próprios governados.

Assim, considerando o alcance global do neoliberalismo, chegamos à conformação de uma sociedade neoliberal, não somente com políticas ou diretrizes econômicas, mas, sobretudo, com o estabelecimento de um modo de vida neoliberal. Com isso, observa-se o surgimento de uma nova realidade social fundada em discursos, práticas e dispositivos, que visam, a um só tempo, controlar tanto as instituições públicas como a vida privada das pessoas. É neste sentido, que propomos problematizar três aspectos estruturantes da dimensão totalitária do neoliberalismo: 1) o esgotamento das formas democráticas; 2) a ideologia do mercado total e 3) a proliferação dos dispositivos de controle.

INTERVENCIONISMO NEOLIBERAL E O ESGOTAMENTO DAS FORMAS DEMOCRÁTICAS

Se o neoliberalismo pode ser entendido para além das diretrizes econômicas que preconiza, é importante situar logo de início o lugar que ele ocupa e a novidade que ele representa. Isso porque, não podemos considerar uma simples coincidência histórica a correspondência entre a ascensão do neoliberalismo e o esgotamento das formas democráticas. Mesmo porque, tal movimento é acompanhado da imposição normativa de padrões fixos de conduta e pensamento, que, invariavelmente, resultam no empobrecimento da pluralidade como característica principal da vivência democrática em sociedade.

Desde as primeiras teorias econômicas liberais (com Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill), o pressuposto da relação equilibrada entre economia e política foi saudada como um princípio organizador das sociedades burguesas. Para esses autores, todo pensamento político deveria estar sempre conjugado a uma razão econômica, e, por sua vez, toda razão econômica associada às decisões políticas. Neste caso, tanto as democracias liberais quanto as experiências do socialismo real, serviram para confirmar que a confluência entre economia e política havia se tornado indispensável nas formações sociais da modernidade.

A hipótese apresentada por Dardot e Laval (2016), considera justamente o neoliberalismo como descontinuidade desse arranjo consensual entre economia e política – observado até a grande crise do capitalismo em 1920 e nas duas Guerras Mundiais que a sucederam. A partir do legado catastrófico deste período as novas teorias econômicas foram se desenvolvendo acima do horizonte democrático, na medida em que rompiam com o primado da boa convivência entre atividades políticas e atividades econômicas. Daí, a sentença de que o projeto neoliberal consiste em um sistema fechado que

[...] impede qualquer autocorreção de trajetória, em particular em razão da desativação do jogo democrático e até mesmo, sob certos aspectos, da política como atividade. O sistema neoliberal está nos fazendo entrar na era pós-democrática (Dardot; Laval, 2016, p. 08).

No entanto, apenas no pós-guerra, especialmente nas décadas de 70 e 80 é que as teorias econômicas neoliberais ganhariam *status* de programas de intervenção política concretamente viáveis, através de governos intensamente focados em promover os interesses privados do mercado financeiro (como nos EUA de Reagan e na Inglaterra de Thatcher), ou mesmo em governos que emergiram pela mão forte de ditaduras militares, como visto na Argentina e no Chile de Pinochet.

Um ponto chave reforça aqui o entendimento de que o neoliberalismo se define como ruptura em relação aos princípios da tradição liberal, a saber, a completa tomada do Estado pelos interesses do mercado. Com isso, pode-se dizer que o neoliberalismo resulta da superação do ideal de Estado-mínimo, em favor de uma nova regulação mercantil das funções governamentais do Estado. Neste contexto, a intervenção no aparelho estatal passa a ser fundamentalmente necessária, a fim de garantir o estabelecimento de condições cada vez mais favoráveis às relações comerciais. Há, no coração do neoliberalismo, uma reorientação da noção de intervenção: em vez do dogma

da autorregulação do livre mercado, passa a valer a premissa de intervenção do Estado em benefício dos interesses privados.

Todavia, a defesa neoliberal de intervenção na governabilidade estatal não vai na mesma direção dos contra-liberais, que viam como indispensável a intervenção do Estado na economia, a fim de ajustar e corrigir os desvios e as anomalias inerentes ao sistema de mercado: acumulação, desigualdade, desemprego, monopólios etc. No neoliberalismo, o ideal de intervenção do Estado é instrumentalizado para garantir maior segurança nas negociações comerciais, rejeitando, por exemplo, os interesses públicos e os objetivos sociais.

Neste sentido, trata-se, objetivamente, de um intervencionismo jurídico-institucional contra os direitos fundamentais e a cidadania. E é justamente nesse ponto, que o projeto neoliberal mostra sua face mais antidemocrática, ao capturar as funções do Estado exclusivamente para atender demandas e exigências do mercado, fazendo desaparecer os valores democráticos estruturantes do Estado de Direito, do Estado Social e do Estado Cidadão. Em outras palavras, o neoliberalismo prospera na mesma medida em que desagrega as sociedades em relação às conquistas democráticas, sobretudo, relacionadas à justiça social. Tendo em vista, a determinação de deslocar a tarefa do Estado, do cuidado com os cidadãos para o favorecimento do lucro nas operações de mercado.

Além disso, a desativação do jogo democrático também decorre da privatização dos bens públicos e do enfraquecimento das atividades coletivas que demandam participação da sociedade. Em vez de políticas promotoras de justiça e igualdade social, instauram-se processos de concorrência generalizada, ampliação ilimitada do consumo, substituição do interesse público pelo direito privado, transformação do cidadão em consumidor, e, por fim, os processos de esfacelamento da dignidade da pessoa humana e estabelecimento do sujeito precarizado.

Além dos fatores sociológicos e políticos, os próprios móveis subjetivos da mobilização são enfraquecidos pelo sistema neoliberal: a ação coletiva se tornou mais difícil, porque os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todos os níveis. As formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação. A polarização entre os que desistem e os que são bem-sucedidos mina a solidariedade e a cidadania. Abstenção eleitoral, dessindicalização, racismo, tudo parece conduzir à destruição das condições do coletivo e, por

consequência, ao enfraquecimento da capacidade de agir contra o neoliberalismo (Dardot; Laval, 2016, p. 09).

Isto é, com a hegemonia da racionalidade neoliberal as sociedades contemporâneas tendem a promover o antidemocratismo, limitando cada vez mais os espaços de experiências e associações coletivas. Desse modo, diante da realidade de esgotamento das formas comunitárias de organização, o avanço dos ideais de concorrência generalizada e hiperindividualismo enfraquecem ainda mais a possibilidade de mobilização das lutas antisistêmicas. Neste cenário, o projeto neoliberal totalitário de fundação do Estado-mercado encontra as condições ideais para a sua realização.

Como, por exemplo, sugere a pesquisadora estadunidense Wendy Brown (2019), no livro *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*, ao chamar de rebelião contra a democracia o terremoto político de novembro de 2016 que culminou com a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos da América, destacando o programa antidemocrático colocado em cena pelas forças atuantes na sua vitória eleitoral. A proposta de Brown (2019) é teorizar sobre como “a racionalidade neoliberal preparou o terreno para mobilizar e legitimar forças ferozmente antidemocráticas na segunda década do século XXI” (Brown, 2019, p. 16). Sobre o que, ainda acrescenta:

Meu argumento é que nada fica intocado pela forma neoliberal de razão e de valoração, e que o ataque do neoliberalismo à democracia, em todo o lugar, infletido lei, cultura, política e subjetividade política. Compreender as raízes e as forças da situação atual requer avaliar a cultura política a produção subjetiva neoliberais, e não somente as condições econômicas e os racismos persistentes que a geraram (Brown, 2019, p. 17).

Sendo assim, a chegada de Donald Trump ao poder, passa a ser vista como a vitória de um movimento extremista baseado na demonização do social e do político, e em defesa de soluções radicais, inspiradas nos fascismos e nas experiências totalitárias do século XX. Neste caso particular, a concretização do projeto de poder trumpista dependeria da “desintegração da sociedade e no descrédito do bem público pela razão neoliberal, a semear o terreno para os assim chamados ‘tribalismos’ que emergiram como identidades e forças políticas em anos recentes” (Brown, 2019, p. 15).

Um projeto comprometido essencialmente com a acumulação de riqueza pelas elites financeiras, a custo da contínua desagregação dos vínculos coletivos e dos interesses comuns da sociedade. Portanto, a necessária superação da democracia

consiste no devir natural das sociedades neoliberais, nas quais, vale destacar, a expansão do lucro não comporta a expansão de direitos. Por isso, não parece exagero afirmar que o neoliberalismo precisa, para alcançar seus objetivos, promover a reedição de elementos totalitários no ordenamento social.

A PRODUÇÃO DE SUJEITOS ADAPTÁVEIS

Como já dito, o neoliberalismo não pode ser confundido com uma etapa natural de desenvolvimento do pensamento econômico liberal, suas exigências e estratégias de dominação extrapolam o tradicional paralelismo entre economia e política. Surge, então, uma modalidade nova de performance das ideias econômicas, colocadas em cena através do alcance global de duas ações fundamentais: 1) a imposição do mercado total e 2) a produção de sujeitos adaptáveis. Neste sentido, o projeto neoliberal busca definir uma nova ordem econômica planetária, onde “aquilo que chamamos de economia está no fundamento de um conjunto de dispositivos de controle da população e de orientação das condutas” (Dardot; Laval, 2016, p. 24), – que, justamente, vão encontrar no neoliberalismo uma forma de sistematização inédita.

Está em jogo a imposição de um novo ordenamento global, na medida em que busca universalizar uma forma única de governabilidade, tanto das instituições, como das condutas dos indivíduos. Um padrão fixo baseado na concorrência e no modelo da empresa como regra de ouro, sobre a qual as sociedades deverão consolidar uma administração estatal cada vez mais ativa e forte, em defesa dos interesses privados das grandes corporações e das elites financeiras. Esse novo arranjo social adquire a forma de um mercado totalitário, para o qual “a exigência de ‘competitividade’ tornou-se um princípio político geral capaz de comandar processos e reformas em todos os domínios” (Dardot; Laval, 2016, p. 24). O neoliberalismo passa a ser, então, a própria razão de Estado, a conduzir plenamente todas as ações de governabilidade até instrumentalizar por completo a máquina pública.

Tudo deve ser acomodado dentro de uma dinâmica dirigida pela economia, seguindo rigorosamente a lógica da concorrência ilimitada e da hiperindividualização. No contexto do mercado total, tudo o que é social, político e cultural deve ser transpassado, uniformizado e determinado pela racionalidade econômica, não apenas para dispor das instituições, mas para transformar e controlar os próprios sujeitos. A racionalidade neoliberal, torna-se, uma racionalidade totalitária, comprometida com a

sujeição total da vida em sociedade e, para isso, a lógica de mais mercado deve ser capaz de penetrar, inclusive, os processos subjetivos de cada indivíduo em particular.

Foucault (2008), em suas reflexões sobre o *Nascimento da biopolítica*, foi um dos primeiros pensadores a se atentar para o surgimento de uma nova modalidade de subjetivação, não necessariamente vinculada à história das instituições – como ele já havia abordado anteriormente –, mas, a uma forma nova de poder, representada por uma racionalidade política e governamental apta a dirigir a conduta de toda uma população. Na tentativa de descrever essa íntima força de comando, ele introduz o conceito de governamentalidade, pensando em designar a multiplicidade das formas assumidas por essa racionalidade, não mais como mera disciplina imposta ao corpo e ao comportamento –, mas, agora, através das chamadas técnicas de si ou tecnologias do eu, um conjunto de práticas de sujeição dos indivíduos a padrões fixos de conduta internalizados.

Desse modo, as análises foucaultianas sobre o neoliberalismo abriram precedentes importantes na tarefa de compreensão dos modos de subjetivação contemporâneos. Atendo-se às mudanças mais sutis nas relações de poder, Foucault (2008) percebe as metamorfoses responsáveis pela expansão das técnicas de controle para além das formas institucionais.

O próprio termo ‘poder’ não faz mais que designar um campo de relações que tem de ser analisado por inteiro, e o que propus chamar de governamentalidade, isto é, a maneira como se conduz a conduta dos homens, não é mais que uma proposta de grade de análise para essas relações de poder (Foucault, 2008, p. 258).

Ao invadir o terreno da subjetividade, a noção de governamentalidade permite iluminar um novo processo de subjetivação colocado em prática pela racionalidade neoliberal. Em vez de deter-se no modo como os homens buscam estabelecer o controle uns sobre os outros, a noção de governamentalidade auxilia na distinção de uma modalidade inédita de subjetivação, aquela que conduz o sujeito à prática de um autogoverno, ou, governo de si mesmo.

Neste sentido, Dardot e Laval (2016), partindo das análises foucaultianas, mostram como o neoliberalismo ampliou o alcance do próprio significado do ato de governar:

Assim, governar é conduzir a conduta dos homens, desde que se especifique que essa conduta é tanto aquela que se tem para consigo

mesmo quanto aquela que se tem para com os outros. É nisso que o governo requer liberdade como condição de possibilidade: governar não é governar contra a liberdade ou a despeito da liberdade, mas governar pela liberdade, isto é, agir ativamente no espaço de liberdade dado aos indivíduos para que estes venham a conformar-se por si mesmos a certas normas (Dardot; Laval, 2016, p. 16).

Se o projeto neoliberal visa submeter todas as dimensões da existência à lógica de mercado, a produção de subjetividades ajustadas a esse novo padrão seria a chave para a sua realização totalitária, sobretudo porque não haveria mais a necessidade de uma estrutura de dominação centralizada. Daí, a defesa neoliberal da liberdade irrestrita e do postulado da escolha racional, através das quais as pessoas passariam a decidir por si mesmas – em ações de autogoverno e autocontrole, que seriam mais eficazes do que a coerção externa.

Ao atuar no espaço da liberdade, a neoliberalização da sociedade começaria pela subjetivação, a fim de produzir ideais de sujeitos livres, flexíveis e plenamente adaptáveis. Aspectos amplamente abordada pelo sociólogo e historiador estadunidense Richard Sennett, na obra *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo* (1999), na qual problematiza o neoliberalismo como um projeto político de restauração do poder de classe, colocado em prática a partir da universalização da flexibilidade como modo de vida ideal. Para ele, “A sociedade hoje busca meios de destruir os males da rotina com a criação de instituições mais flexíveis. As práticas de flexibilidade, porém, concentram-se mais nas forças que dobram as pessoas” (Sennett, 1999, p. 53).

Neste sentido, o comportamento flexível, em vez de geral liberdade pessoal, consiste, na verdade, pela sua capacidade de promover mudanças e adaptações contínuas, em um novo sistema de poder. Assim, paradoxalmente, Sennett (1999) conclui que “em nossa época, porém, a nova economia política trai esse desejo pessoal de liberdade. A repulsa à rotina burocrática e a busca da flexibilidade produziram novas estruturas de poder e controle, em vez de criarem as condições que nos libertam” (Sennett, 1999, p. 54). Tal sistema de poder, colocado em cena pelo projeto neoliberal, busca disseminar o ideal de um sujeito racional, flexível, preenchido do espírito de empreendedorismo e da liberdade de ser, ao mesmo tempo, empreendedor por si mesmo e dele mesmo. A subjetivação neoliberal é totalitária, na medida em que implementa novos dispositivos de poder e controle, voltados para a redução do sujeito ao exercício

de funções puramente mercantis (produzir e consumir), reduzindo com isso o universo de todas as relações sociais a meras relações de mercado.

Aqui, toda a realidade é tomada como objeto do cálculo econômico, dando a ver uma antropologia neoliberal que define a existência humana e suas relações a partir de funções econômicas, concebendo a ideia do próprio homem como capital financeirizado – um passo decisivo de ajuste da natureza humana às exigências totalitárias de sociedades neoliberais. É o que se vê, por exemplo, com a universalização do modelo indivíduo-empresa em que cada pessoa deve constituir uma empresa de si mesmo, a fim de vincular sua participação no mercado total do neoliberalismo. Um contexto que experimenta o condicionamento da sociedade por uma racionalidade financeira, responsável pela homogeneização das formas plurais de subjetividade em torno da personificação do arquétipo eu-empresarial.

Nesta etapa, o projeto neoliberal de universalização do modo de ser e agir da empresa, ou ainda, de plena integração da vida pessoal e profissional, tem na reforma da educação e dos sistemas educacionais um aliado crucial. Pois, para garantir uma ampla difusão dos valores neoliberais,

[...] é preciso, em particular, uma grande política de educação das massas que prepare os homens para as funções econômicas especializadas que os aguardam e para o espírito do capitalismo a que devem aderir para viver em paz numa Grande Sociedade de membros interdependentes (Dardot; Laval, 2016, p. 88).

Para o neoliberalismo, o sujeito ideal deve aderir fielmente às situações de concorrência impostas pelo mercado, sendo aquele que interioriza a razão econômica e aplica seus procedimentos sobre si mesmo e sobre suas interações sociais, assumindo radicalmente uma ética individualista de responsabilização pelo seu próprio destino. É aquele que existe tão somente para o exercício das atividades econômicas, um gestor de si mesmo, levado a transformar sua própria vida em um empreendimento de rentabilidade financeira.

A PROLIFERAÇÃO ILIMITADA DE DISPOSITIVOS

O avanço incondicional dos meios de organização totalitária do neoliberalismo no mundo contemporâneo, corresponde diretamente à capacidade de multiplicação exponencial dos instrumentos de controle e gerenciamento, comprometidos com a

disseminação de novas condutas sociais em conformidade com a ideologia do mercado total. Sendo assim, é através da proliferação incessante de dispositivos que o projeto neoliberal expande rapidamente sua atuação para uma plataforma global, de alcance planetário.

Mas, o que é um dispositivo? Como reconhecer sua presença entre nós? Como ele atua em nosso cotidiano? O dispositivo é sempre contra nossa liberdade, ou existe algo nele que nos favoreça? Essas questões são legítimas e merecem toda atenção, uma vez que problematizam as estratégias de conformação dos sujeitos, a fim de torná-los plenamente adaptáveis à forma totalitária do neoliberalismo. Temática desenvolvida em três perspectivas complementares, representadas por Foucault (2004), Agamben (2009) e os próprios Dardot e Laval (2016).

Em razão da especificidade do tema, vou me valer do resumo das teses foucaultianas sobre o conceito de dispositivo, apresentado por Agamben (2009) em um breve ensaio intitulado *O que é o dispositivo?* Lembro ainda, que as principais passagens retomadas por Agamben (2009) são estratos de uma entrevista concedida por Foucault em 1977, na qual ele responde mais detidamente sobre o alcance do conceito de dispositivo – já que foi o primeiro a utilizar o termo no contexto das análises sobre as relações de poder.

Ao que parece, a intenção de Foucault era indicar o surgimento de novos mecanismos, meios e objetos – cada vez mais sutis e eficazes – voltados para a ampliação e aperfeiçoamento das tecnologias disciplinadoras dos seres humanos. Nesse sentido, mesmo sem a pretensão de especificar um conceito, ele acaba oferecendo uma demarcação teórica importante, a partir da qual os dispositivos podem ser apontados no pleno exercício das suas forças de controle.

Aquilo que procuro individualizar com esse nome é, antes de tudo, um conjunto absolutamente heterogêneo que implica discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, em resumo: tanto o dito quanto o não dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se estabelece entre estes elementos (*Apud*: Agamben, 2009, p.28).

A percepção de variabilidade no tempo e no espaço, indicativa de um fenômeno difícil de ser capturado conceitualmente, permite uma reflexão que vai além do trabalho filosófico de elaboração conceitual. Ao atribuir ao dispositivo as funções de

conjunto e de rede, desvia-se o foco daquilo que seria uma definição estática e formal, obedecendo a mesma dinâmica do objeto em análise.

O dispositivo está em toda a realidade humana, ocupando seu mundo de forma indefectível, articulando relações quase impossíveis de serem desvendadas, posto que é de natureza complexa e irreduzível a qualquer argumento. O aparecimento da noção de dispositivo soa muito mais como uma ilustração, em relação a um contexto dinâmico sobre o qual se multiplicam incessantemente os objetos de controle. Aqui, importa mesmo é chamar atenção para os movimentos de conectividade, transversalidade, interpenetração e correlação, que harmonizam, em certa medida, a heterogeneidade dos dispositivos de controle e gerenciamento, que perpassam os seres humanos em todas as direções. Como diria Foucault,

[...] com o termo dispositivo, compreendo uma espécie – por assim dizer – de formação que num certo momento histórico teve como função essencial responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função eminentemente estratégica (*Apud*: Agamben, 2009, p.28).

O pano de fundo para essas análises foucaultianas é a urgência demandada pelo avanço da governamentalidade neoliberal, que, como vimos anteriormente, tende a universalizar um tipo de racionalidade econômica, voltada para a formação de uma nova governança, tanto do aparelho estatal como dos próprios seres humanos.

Disse que o dispositivo tem natureza essencialmente estratégica, que se trata, como consequência, de uma certa manipulação de relações de força, de uma intervenção racional e combinada das relações de força, seja para orientá-las em certa direção, seja para bloqueá-las ou para fixá-las e utilizá-las. O dispositivo está sempre inscrito num jogo de poder e, ao mesmo tempo, sempre ligado aos limites do saber, que derivam desse e, na mesma medida, condicionam-no. Assim, o dispositivo é: um conjunto de estratégias de relações de força que condicionam certos tipos de saber e por eles são condicionados (*Apud*: Agamben, 2009, p.28).

O modo como Agamben (2009) retoma essas passagens, inaugura um segundo momento no desenvolvimento da noção de dispositivo. Para ele, mesmo Foucault recusando o uso de categorias gerais, não significa que ele não tenha lançado mão – no campo da sua estratégia de pensamento – de uma modalidade de conceitos operativos de caráter geral. Assim, quando nos deparamos com a noção de dispositivo,

devemos pensar, não em termos de conceituação, mas em referência ao seu modo de funcionamento estratégico.

Como não se trata de uma definição estática, que se refere a esta ou aquela tecnologia de poder, Agamben (2009) se permite testar um novo sentido para o uso do termo dispositivo.

Certamente o termo, no uso comum como no foucaultiano, parece remeter a um conjunto de práticas e mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não-linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) que têm o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito mais ou menos imediato (Agamben, 2009, p.34-35).

Tal concessão, implica uma abertura teórica importante no campo das análises das transformações sociais contemporâneas, resultado da universalização da racionalidade econômica neoliberal. Neste quesito, a referência ao conjunto de práticas, à articulação em rede, ao caráter discursivo, aos processos de subjetivação, à instrumentalização da linguagem, das instituições, das leis, das tecnologias etc., funda, por assim dizer, uma primeira camada da crítica ao projeto neoliberal totalitário – de intervenção racional e combinada das relações de força, através da proliferação ilimitada de dispositivos.

De certa maneira, a tarefa mais importante a ser realizada no interior desse achado teórico-crítico, é a investigação “dos modos concretos em que os dispositivos agem nas relações, nos mecanismos e nos jogos de poder” (Agamben, 2009, p.33). Em especial, porque a partir da abundância de objetos, práticas e discursos, o mundo contemporâneo tornou-se um campo aberto para o exercício de um controle cada vez maior dos seres humanos e de seus modos de vida.

Ou seja, a noção de dispositivo diz respeito “aquilo em que e por meio do qual se realiza uma pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser” (Agamben, 2009, p.38). Uma vez que os dispositivos encontram-se num regime de dispersão, que os dilui e os espalha em torno de uma rede crescente de subjetivação.

Generalizando posteriormente a já bastante ampla classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos (Agamben, 2009, p.40).

Disposto a ir além de Foucault (2004), Agamben (2009) busca ampliar a noção de dispositivo, distinguindo a categoria dos seres existentes em dois grandes grupos: os vivos e os dispositivos. No que acrescenta sem surpresa: “pelos quais os primeiros são incessantemente capturados” pelos segundos (Agamben, 2009, p. 40).

Com isso, no campo concreto das relações de poder, tem-se uma intensa ação de vigilância estratégica da qual nenhum sujeito pode escapar. O que exige um conjunto de práticas, técnicas e normas institucionais, cujo objetivo seria gerir, governar, controlar e orientar tanto os gestos como os pensamentos dos homens. Até porque, todo dispositivo implica um processo de subjetivação, aliás, sem esse comprometimento, “o dispositivo não pode funcionar como dispositivo de governo, mas se reduz a um mero exercício de violência” (Agamben, 2009, p.46).

Justamente em razão das novas gerações de objetos de controle e suas tecnologias, da infinita multiplicação de suas formas, sutilezas e abordagens, do modo íntimo de interação com as subjetividades, o dispositivo é antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações e, justamente por isso, é também uma máquina estratégica de governo. Ao que parece, tal compreensão busca apresentar uma possível disseminação industrial dos dispositivos, agora como parte de um processo tecnológico que tomou as sociedades contemporâneas por completo. Não por acaso, o tempo presente consiste no triunfo do dispositivo tecnológico, feito sob medida para a proliferação de processos de subjetivação.

São processos tão largamente dissipados e tão eficazmente bem sucedidos, que fundam novas correlações de força no âmbito dos jogos de poder, configurando, assim, uma nova dinâmica articuladora da própria ação política – transformada em pura atividade de governo que visa somente à sua própria reprodução.

Não seria provavelmente errado definir a fase extrema do desenvolvimento capitalista que estamos vivendo como uma gigantesca acumulação e proliferação de dispositivos. Certamente, desde que apareceu o *homo sapiens* havia dispositivos, mas dir-se-ia que hoje não haveria um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo (Agamben, 2009, p.42).

A meu ver, ao considerar o dispositivo uma realidade total, inscrita em todos os processos históricos de evolução das sociedades humanas, a leitura de Agamben (2009) chega na fase extrema do desenvolvimento capitalista ampliando a noção de dispositivo até chegar à contemporânea indissociabilidade entre neoliberalismo e forças totalitárias.

Justamente, no momento em que, o poder total extrapola a estrutura institucional do Estado e assume formas mais sutis no conjunto das práticas de gerenciamento neoliberal das sociedades.

O que define os dispositivos com os quais temos que lidar na atual fase do capitalismo é que estes não agem mais tanto pela produção de um sujeito quanto por meio de processos que podemos chamar de dessubjetivação. Um momento dessubjetivante estava certamente implícito em todo processo de subjetivação [...] o que acontece agora é que processos de subjetivação e processos de dessubjetivação parecem tornar-se reciprocamente indiferentes e não dão lugar à recomposição de um novo sujeito, a não ser de forma larvar e, por assim dizer, espectral (Agamben, 2009, p. 47).

Aqui, esses processos de subjetivação totalitária são definidos como processos de dessubjetivação, indicando a tomada por completo da subjetividade pelo dispositivos de controle. Pelos quais, não necessariamente, institui a formação de novos sujeitos, mas, os adequa dessubjetivamente aos novos padrões de vida contemporâneo. Trata-se de processos reciprocamente indiferentes, na medida em que apresentam os mesmos resultados: em vez de formar um novo sujeito, põe em circulação o vazio do não-sujeito. Sobre o que conclui: “Na não-verdade do sujeito não há mais de modo algum a sua verdade” (Agamben, 2009, p.47).

Como consequência direta desses processos de dessubjetivação elevados a uma escala social planetária, tem-se as melhores condição para o florescimento dos novos totalitarismos. Pois, esvaziadas em suas subjetividades, as pessoas passam a recusar o envolvimento coletivo nas dinâmicas estruturantes da realidade social. Daí uma afirmação categórica sobre a sociedade contemporânea, como “o corpo social mais dócil e frágil jamais constituído na história da humanidade” (Agamben, 2009, p.49) – dando a ver o estado geral de vulnerabilidade do espírito humano, completamente submetido pelos dispositivos e integralmente absorvido pelo projeto neoliberal totalitário. Um projeto que, neste momento, já conta com populações inteiras de cidadãos apáticos e inertes, vivendo nas mais importantes democracias tecnologicamente desenvolvidas. Uma massa de sujeitos conformados, que se limitam a uma existência objetivada, consumindo seu tempo de vida apenas executando disciplinarmente e

[...] pontualmente tudo que lhe é dito e deixa que os seus gestos cotidianos, como sua saúde, seus divertimentos, como suas ocupações, a sua alimentação e como seus desejos sejam comandados

e controlados por dispositivos até nos mínimos detalhes (Agamben, 2009, p.49).

Essa percepção totalitária da realidade inundada pelos dispositivos de dessubjetivação, não é nada otimista quanto ao futuro das sociedades humanas, sobretudo, porque, quanto mais os dispositivos infunde o seu poder total por todos os aspectos da vida de cada indivíduo, mais perto, estamos de realizar o destino escatológico de uma catástrofe final para a humanidade. Assim, chegamos ao terceiro e último momento do desenvolvimento da noção de dispositivo, trazendo novamente à cena Dardot e Laval (2016), que, em certa medida, foram mais a fundo na avaliação dos efeitos colaterais provocados pela proliferação ilimitada dos dispositivos de controle e gerenciamento. Passando pelas formulações de Foucault (2004) e Agamben (2009), nota-se que eles procuraram pensar os dispositivos como parte do projeto de neoliberalização da sociedade, na condição de ingredientes-chave de uma ofensiva contra as subjetividades contemporâneas.

Uma ofensiva que consiste em estabelecer as condições em que “o indivíduo deve governar-se a partir de dentro, por uma racionalização técnica de sua relação consigo mesmo” (Dardot e Laval, 2016, p.343). Neste sentido, tornando-se um ser inteiramente calculável e, para o qual, as transações mercantis tomam o lugar das relações sociais em um contexto de completa instrumentalização do outro. Essa nova realidade de desencantamento democrático, é amparada por uma percepção global de que a razão neoliberal atua como uma razão totalizante, capaz de englobar tudo e todos à sua volta. Um cenário condicionado pela realidade de um mundo invadido por dispositivos de poder, que subjagam o sujeito, gerenciam sua existência, determinam sua conduta e, por fim, transformam a sociedade e as pessoas em agentes e mercadorias de um sistema brutal de acumulação, exploração e desumanização.

Muito do sucesso do projeto neoliberal totalitário, se explica pelo fato de que “o neoliberalismo é hoje a racionalidade dominante [...] que ganhou corpo num conjunto de dispositivos discursivos, institucionais, políticos, jurídicos e econômicos que forma uma rede complexa e movediça” (Dardot e Laval, 2016, p.377). Uma rede capaz de produzir um super dispositivo global, responsável por fabricar seus próprios sujeitos, adaptados e adaptáveis a um ambiente de plena competitividade e concorrência generalizada. O caráter estratégico desse dispositivo de conjunto, consiste em realizar continuamente ajustes e reajustes que o aperfeiçoem no tempo, assumindo uma enorme

variedade de formas sempre atualizadas. E é justamente por esse dinamismo quase espontâneo, emoldurado pela racionalidade econômica neoliberal, que, talvez, seja possível, situar na atualidade, a existência de um Estado-mercado enquanto macrodispositivo totalizante. Empenhado em transformar o Estado em um aparelho governamental interventor, a fim de gerir e vigiar a população, orientando os interesses e as ações para o estabelecimento do mercado como realidade única do mundo-da-vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O ESPÍRITO TOTALITÁRIO DO NEOLIBERALISMO

Ao considerar o conjunto dos elementos apresentados até o momento, o avanço do neoliberalismo nas sociedades contemporâneas corresponde à proliferação de uma inédita variedade de dispositivos, concorrentes para a naturalização de seus objetivos totalitários. Entre os quais, vale destacar, a apropriação do Estado pela racionalidade econômica; a universalização da concorrência generalizada; a redução da política a uma lógica gerencial; a conformação do sujeito ao modelo da empresa; a desintegração do corpo social e, por fim, a deslegitimação das formas democráticas de organização da sociedade.

Todavia, resta saber a que distância estamos de sucumbir por completo a esse projeto, ou ainda, quais são as chances de nos insurgirmos contra ele? Isso porque, já não contestamos mais a presença tecnológica dos dispositivos de controle, nem, enquanto sociedade, afrontamos a racionalidade neoliberal e seu alcance nas condutas cotidianas. De certo modo, até as possibilidades de resistência nos movimentos identitários, nas disputas educacionais e nas lutas democráticas, parecem ter encontrado lugar na cadeia de dispersão do mercado total.

Assim, o processo de injunção entre neoliberalismo e totalitarismo insinua ter chegado a um nível de automatismo, capaz de promover, em plena luz do dia, experimentos totalitários tão cruéis como aqueles testemunhados em outros momentos da história: como na violência colonial, na escravidão moderna e nos regimes de terror do século XX. Na atualidade, a racionalidade de mercado reproduz a mesma lógica totalitária de transformação de seres humanos em coisa supérflua e descartável, em uma sociedade de indivíduos atomizados, reféns de um pensamento único que determina: fora da razão de mercado, nada mais faz sentido.

Se nos regimes totalitários do século XX, as estruturas essenciais foram as ideologias do racismo (antisemitismo) e do classismo (classes dissidentes), como aponta Arendt (2012); na contemporaneidade, o campo ideológico que pavimentou o projeto neoliberal traz à cena novos componentes totalitários para o controle absoluto do Estado, da sociedade e dos próprios indivíduos: o hiperindividualismo, a concorrência generalizada, a flexibilidade, o modelo da empresa, a negação da política e o mercado total.

Neste contexto, o experimento do Estado-mercado apresenta-se como uma engenharia social capaz de administrar vidas humanas sem nenhum pudor de financeirizar suas existências, podendo, a qualquer momento, considerá-las economicamente inviáveis, improdutivas, dispendiosas e dispensáveis. Portanto, os regimes totalitários e os atuais modelos de governabilidade neoliberal, têm como denominador comum a produção sistemática de políticas de desumanização e morte. Se tal resultado não interpela à maioria de nós, é porque o projeto neoliberal totalitário produz uma sociedade que aceita passivamente ser cúmplice de suas vítimas.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o dispositivo?* In: ***O que é o contemporâneo e outros ensaios***. Chapecó/SC: Argos Editora da Unichapecó, 2009.
- ARENDT, Hannah. ***Origens do totalitarismo: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo***. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BROWN, Wendy. ***Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente***. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- FOUCAULT, Michel. ***O nascimento da biopolítica***. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- LAVAL, Christian e DARDOT, Pierre. ***A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal***. São Paulo: Boitempo, 2016 (versão e-book).
- SENNETT, Richard. ***A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo***. Rio de Janeiro: Record, 2009.

Submetido em: 09/03/2026

Aceito em: 29/04/2026